

Subcomissão pedirá mais investigações sobre DF

CONCLUSÕES DO RELATÓRIO ESPECIAL

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP), é acusado de usar verbas do Orçamento da União para obras como as do metrô, a ampliação do presídio da Papuda e a construção da Escola Técnica de Brasília, de maneira descontrolada, provocando desperdício do patrimônio público. A acusação faz parte do relatório especial que a subcomissão de emendas da CPI do Orçamento concluiu ontem com recomendação de que as investigações sejam aprofundadas. No relatório, Roriz é responsabilizado pela "malversação do patrimônio público, mesmo que por omissão, na medida em que foi sob sua supervisão que ocorreram episódios ruins ao Tesouro Público".

A subcomissão decidiu que o resultado de seu trabalho será encaminhado ao Ministério Público e à Câmara Distrital do DF. O relatório, preparado pelos deputados Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) e Sérgio Miranda (PC do B-MG), conclui que os dados levantados até agora exigem "a apuração completa da responsabilidade administrativa, civil, criminal e política do transgressor".

De acordo com o relatório, a fonte de muitos dos recursos concedidos ao DF foi a apresentação de emendas, em 1991, pelo deputado João Alves (sem partido-BA), "que se valeu de tal posição para ameaçar fortuna pessoal, comerciando atos de ofício, notadamente os de interesse das empreiteiras". Na investigação, a subcomissão se baseou em estudos do Tribunal de Contas da União (TCU), em inquérito civil público que tramita no Ministério Público e em documentos do Ministério da Ação Social e os

1. Relações com o deputado João Alves (sem partido-BA) — Roriz manteve um encontro, em 1991, com o deputado João Alves, principal acusado nos desvios de verbas do Orçamento, quando o deputado ficou encarregado de apresentar emenda ao Orçamento, prevendo US\$ 18,1 milhões para o metrô de Brasília. O ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos, afirmou que Alves lhe disse que no encontro foi "produzido um acordo espúrio de ganhos ilícitos".
2. Emendas para o DF — Entre 1991 e 1993 foram apresentadas emendas para obras no DF feitas por parlamentares que não têm vinculação com a capital federal, entre eles Ricardo Fiúza (PFL-PE), Manoel Moreira (PMDB-SP) e o próprio João Alves, três dos principais acusados na CPI.
3. Metrô — A Subcomissão da CPI chegou à conclusão de que houve cumplicidade entre o governo do DF e as empreiteiras que constroem o metrô de Brasília, para viciar a licitação.
4. Penitenciária da Papuda — A mesma acusação de manipulação do processo de licitação foi levantada em relação às obras de ampliação da Penitenciária da Papuda que, de acordo com levantamento do TCU, foram superfaturadas em pelo menos 60%.
5. Escola Técnica — A CPI constatou a existência de fraude e superfaturamento na licitação das obras para a Escola Técnica de Brasília. Segundo o relatório, o superfaturamento foi de mais de 100%.
6. Hospital — A deputada Célia Mendes (PPR-AC) teve aprovada uma emenda para a construção do Hospital do Paranoá, em 1993. A construtora escolhida para realizar a obra foi a MC Carlos, de propriedade da família da deputada.
7. Novacap — A CPI apreendeu na casa do diretor da Construtora Norberto Odebrecht, Ailton Reis, um disquete no qual constava cópia integral de contrato-padrão da Novacap — empresa pertencente ao governo do DF. De acordo com o relatório, "os diversos documentos relativos a obras e empresas do DF deixam ver a inserção das empreiteiras na administração do DF".
8. Caesb — Outros documentos apreendidos na casa de Ailton Reis indicam que as empreiteiras Tratex, CNO e Saenco agiram como cartel numa licitação para a Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb). No Orçamento de 1993, o DF recebeu uma verba de CR\$ 1,3 bilhão para obras de esgoto no Lago Norte. Os recursos foram liberados, mas a obra não foi executada.
9. Galpões — Roriz assinou um convênio com o Ministério da Ação Social em 31 de dezembro de 1990, quando ainda não tinha tomado posse como governador. O convênio, para a construção de 54 Unidades de Aperfeiçoamento Profissional, foi repassado, sem licitação, para a Fundação Essência do Brasil e os recursos foram encaminhados à Secretaria de Comunicação Social do DF, "órgão que evidentemente nada tem a ver com construções".

apreendidos na casa do diretor da Norberto Odebrecht, Ailton Reis.

"O quadro geral da administração dos recursos federais surpreendido pela subcomissão reflete o pouco cuidado no trato do patrimônio público que, assim, se esvaiu em grande medida, sem que

tenha atendido às necessidades da coletividade", afirma o relatório, acrescentando que a falta de critérios rigorosos para a realização de gastos e para o controle posterior constituiu "a causa do superfaturamento de obras realizadas pelo Poder Executivo".